

Trabalho



Opinião > Miguel Torres Presidente da Força Sindical

Não à fusão entre o MTE e o Ministério da Previdência

A Força Sindical e as demais Centrais divulgaram, na 3ª feira, 29, nota conjunta de repúdio à intenção do governo de promover uma fusão entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério da Previdência Social.

Acreditamos que, se levada a cabo, a fusão vai representar um retrocesso político que resultará em prejuízos incalculáveis à classe trabalhadora e à sociedade brasileira, pois acabará minando a importância de ambas as pastas, que tratam de questões bastante caras aos trabalhadores, aos aposentados e aos pensionistas.

Entre outras atribuições, por exemplo, é da com-

petência do MTE a elaboração de políticas voltadas à criação de empregos e à geração de renda; fiscalizar, melhorar e dar andamento às relações entre capital e trabalho, intermediando eventuais conflitos; promover políticas salariais e garantir a segurança e a saúde nos locais de trabalho.

O que efetivamente precisamos é modernizar e fortalecer a estrutura do MTE – assim como do Ministério da Previdência – e recuperar o seu protagonismo, primordial na fiscalização, no cumprimento e no aprimoramento das normas de trabalho. Uma fusão entre os dois órgãos ministeriais, com suas estruturas administrativas já extremamente combalidas, nada trará de proveitoso. Pelo contrário: acabará dificultando ainda mais a atuação de ambos.



FINANCIAMENTO

Nova proposta para o custeio da atividade sindical



Foto: Daniel Cardoso

Miguel, Paulinho, Juruna, Ademir e Serginho: melhorar e fortalecer o movimento sindical

A proposta será elaborada, em Brasília, por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados

Com a presença de representantes das Centrais Sindicais, foi instalada ontem (1º), no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial que irá elaborar proposta sobre o financiamento da atividade sindical. A Comissão será presidida pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), e terá como relator o deputado Adalberto Galvão, Bebeto (PSB-BA).

"Vamos melhorar e fortalecer o movimento sindical", afirmou Paulinho. O de-

putado se empenhou para a criação desta Comissão Especial objetivando atender aos anseios dos dirigentes sindicais de acabar com a interferência do Ministério Público do Trabalho (MPT), que, reiteradamente, questiona na Justiça o repasse do financiamento para os Sindicatos.

Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, é importantíssima a unidade das Centrais em torno da proposta de custeio, pois o projeto irá fortalecer a luta dos trabalhadores.

O financiamento da atividade sindical é aprovado nas assembleias das categorias e descontado de todos os trabalhadores da base – filiados ou não –, que são beneficiados com os acordos firmados na Convenção Coletiva.

O deputado Bebeto destacou na instalação da Comissão, que "este é um mo-

mento singular para o movimento sindical. Esta agenda casa os interesses dos movimentos sindical e social e contribui para o desenvolvimento do País", ressaltou.

"Hoje o MPT considera que apenas os associados das entidades representativas devem contribuir com os Sindicatos", informa o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, Juruna.

"Se os Sindicatos trazem conquistas para todos os trabalhadores, é importante que todos ajudem a entidade a ter instrumentos para a negociação. Estes recursos são usados para pagar advogados, economistas e ônibus para assembleias, entre outros. Ao proceder desta forma, o MPT enfraquece a luta dos trabalhadores", conclui Juruna.

As instâncias estaduais da Força Sindical discutirão a proposta em seus Estados.

PLENÁRIAS ESTADUAIS

Geraldino: "A aproximação das bases com a direção nacional da Força será permanente"



Foto: Laércio Santana

Força Sindical promove encontros por todo o País

A Força Sindical realizou plenárias na maioria dos Estados. "Faltam apenas Rondônia e São Paulo", diz Geraldino Santos Silva, secretário de Relações Sindiciais da Central e responsável pelo desenvolvimento deste projeto, que visa aproximar as bases da direção nacional da Central.

"Nestes encontros os sindicalistas debatem sobre diversos assuntos, entre os quais os desafios que os trabalhadores enfrentam nas bases, as novidades do movimento sindical e do mundo do trabalho, as ações do governo e as negociações com empresários", informa Geraldino.

Segundo ele a Central, cada vez mais, utiliza instrumentos modernos de comunicação para interagir com a base, mas "nada substitui as plenárias, os encontros pessoais". Os técnicos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) explicaram as famosas Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, editadas pela presidente Dilma Rousseff em 30 de dezembro do ano passado.

Os sindicalistas queriam detalhes sobre as alterações no pagamento do seguro-desemprego, do abono salarial, do seguro-defeso, da pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão, além das demissões decorrentes da crise econômica e as perspectivas de geração de emprego neste ano.

As principais reivindicações dos dirigentes foram: qualificação, aprimoramento da comunicação interna e presença constante da direção nacional da Central junto às bases. "Organizar plenárias pelo Brasil é uma ação trabalhosa, mas compensadora, porque todos ganham: Central e Sindicatos. Já decidimos que este será um trabalho permanente", declara Geraldino.

VIGILANTES DE BARUERI

Sindicato da categoria mobilizado para a Campanha Salarial

O Sindicato dos Vigilantes de Barueri está se preparando visando a Campanha Salarial do próximo ano. "Temos feito reuniões mensais para organizar a Campanha porque nossa data-base é 1º de janeiro, e queremos intensificar a mobilização dos trabalhadores para fecharmos um excelente acordo", declara Amaro Pereira, presidente do sindicato da categoria em Barueri.

Na reunião realizada no último dia 26, dirigentes do Sindicato e trabalhadores ouviram dados da pesquisa sobre os pisos salariais dos vigilantes de São Paulo nos últimos quinze anos (2000-2015) feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

"A apresentação, na reunião, deste es-



Foto: Vigilantes de Barueri

Amaro: "Intensificar já a mobilização para fecharmos um excelente acordo"

tudo elaborado pelo Dieese foi primordial para os trabalhadores observarem como a nossa categoria vem sendo desvalorizada ano após ano. Nos últimos quinze anos não tivemos aumento real, apenas a reposição da inflação. Queremos um reajuste salarial de verdade!", ressalta Pereira.

Uma das tabelas do estudo mostra que, durante o período, os pisos da categoria foram reajustados em 157,66%, enquanto a inflação (INPC-IBGE) aumentou 174,11%. Com isto, houve perdas salariais de 6%.

A reunião também contou com a participação do vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e ex-presidente do Dieese, Tadeu Morais.

Assembleia – No dia 31/10, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri realizará, a partir das 9 horas, grande assembleia geral em sua base de atuação. Neste dia, será aprovada a pauta de reivindicações da categoria para apresentação posterior ao sindicato patronal. Vinte e três Sindicatos no Estado de São Paulo são filiados à Federação da categoria, representando 270 mil trabalhadores.



NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

www.fsindical.org.br

twitter.com/centralsindical

facebook.com/CentralSindical